

apresentação

Este número da revista *Em Aberto* trata de um conceito novo e ainda em processo de construção que, desde o final dos anos 1990, vem ampliando seu espaço na agenda pública: a Educação do Campo. Sua novidade não se refere apenas à história recente que representa, mas principalmente ao protagonismo de sujeitos que pela primeira vez ocupam a cena educacional: os trabalhadores rurais.

A Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses e, por isso, traz de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio. A luta dos trabalhadores para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização no campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território.

A materialização da concepção educativa “do campo” vincula-se aos movimentos sociais camponeses que lutam por direitos, escola e desenvolvimento. Ela exige novas práticas e posturas e sua implantação não se dá sem conflitos. Apesar das dificuldades, o Movimento pela Educação do Campo conquistou importantes avanços na última década, colocando novas questões aos educadores, à escola, ao

Estado e à sociedade. Neste número da revista *Em Aberto*, são apresentados avanços e desafios que marcaram a trajetória do Movimento.

Na seção Enfoque, o artigo "Avanços e desafios na construção da Educação do Campo", das professoras Mônica Castagna Molina e Helana Célia de Abreu Freitas, traz ao debate as questões relacionadas com os principais desafios enfrentados para a materialização do paradigma da Educação do Campo. Esses desafios passam pelas questões referentes à construção do conceito de Escola do Campo e das práticas que a caracterizam, à formação de educadores do campo e à imprescindível necessidade de fazer avançar a efetiva reforma agrária associada à agroecologia e à soberania alimentar, eixos articuladores da concepção societária que conduz esse paradigma.

No primeiro artigo da seção Pontos de Vista, "Rumos da Educação do Campo", Helana Célia de Abreu Freitas apresenta o histórico, desde as raízes do movimento em 1960 até retomada da luta pelos movimentos sociais nos anos 1980 e os principais encontros e conferências que propiciaram o avanço da luta nas duas últimas décadas. Traz uma breve análise das principais políticas públicas criadas em resposta ao Movimento pela Educação do Campo: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e Escola Ativa.

Demonstrando o vigor que os movimentos camponeses têm imposto à luta pela garantia do direito ao conhecimento e à educação escolar no Brasil, o artigo "Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21", de Antônio Munarim, reflete sobre as principais vitórias alcançadas pelo Movimento da Educação do Campo nesse período, destacando os avanços construídos especialmente por dentro do próprio Estado brasileiro, em função do protagonismo dos movimentos camponeses, a partir da conquista não só de políticas públicas específicas, mas de novos marcos legais que passam a orientar os sistemas educacionais na estruturação de uma Política Nacional de Educação do Campo, que o Decreto nº 7.352/2010 preconiza.

Dois artigos abordam a formação de educadores, uma das principais exigências para a materialização do paradigma da Educação do Campo, sendo um dos temas mais debatidos nos seminários, encontros e conferências realizados pelos sujeitos camponeses que a protagonizam. No artigo "A posse e uso da terra como mediação da relação entre professores e alunos: um estudo na perspectiva das representações sociais", Maria Isabel Antunes-Rocha, analisa as percepções dos professores em relação aos alunos no contexto dos acampamentos e assentamentos conquistados a partir da luta pela terra, empreendida pelos movimentos sociais. A autora apresenta parte dos resultados de uma pesquisa realizada, entre 2000 e 2004, com professores que atuam em escolas frequentadas por estudantes que residem em assentamentos/acampamentos. O estudo mostra que, ao trabalharem com os alunos no contexto da luta pela terra, os professores das escolas públicas têm como desafio superar a imagem estigmatizada que fazem desses sujeitos e de suas famílias, ressignificando a importância do sentido da posse e uso da terra para esses sujeitos e vencendo as barreiras de um saber enraizado em estruturas sociais extremamente rígidas, que criminalizam quem luta por direitos.

Ainda no âmbito dos debates sobre a centralidade de novas práticas docentes para a materialização dos paradigmas da Educação do Campo, o artigo “A produção do conhecimento na formação dos educadores do campo” apresenta avanços e limites vivenciados no curso de licenciatura em Educação do Campo. Laís Mourão Sá, Mônica Castagna Molina e Anna Izabel Barbosa, docentes da Universidade de Brasília, discutem quatro questões centrais sobre o tema: identidade sociocultural e projetos de vida da juventude camponesa; contra-hegemonia na formação de educadores; vinculação escola e vida; princípios sociopolíticos na apropriação de ciência e tecnologia. Para as autoras, uma das formas de abordagem pedagógica dessas questões é o trabalho a partir da história e da memória que emergem da experiência de vida dos trabalhadores do campo.

O artigo “Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino”, de Salomão Mufarrej Hage, traz ao debate as ambiguidades presentes na dinâmica das escolas rurais multisseriadas. Para o autor, há um conjunto de particularidades que configuram as dificuldades que permeiam a realização do processo de ensino-aprendizagem nessas escolas e, em grande medida, comprometem a qualidade da ação educativa dessas escolas. Ao mesmo tempo, educadores, gestores e sujeitos do campo constroem possibilidades no cotidiano das ações educativas, evidenciando situações criativas e inovadoras que desafiam as condições adversas presentes na realidade dessas escolas e, portanto, reinventam a ação educativa nesses espaços.

A proposta de ensino que mescla períodos em regime de internato na escola com outros em casa é analisada por Georgina N. K. Cordeiro, Neila da Silva Reis e Salomão Mufarrej Hage no artigo intitulado “Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo”. Os autores apresentam as referências conceituais e legais que permeiam a efetivação dessa experiência que articula diferentes espaços e tempos educativos para garantir o direito à educação dos sujeitos do campo, atendendo-os nos diferentes níveis e modalidades de ensino, refletindo sobre os desafios que essa proposta educacional enfrenta para assegurar a formação humana desses sujeitos e o desenvolvimento do campo com sustentabilidade.

A importância dos movimentos sociais do campo na construção de novos paradigmas de educação para o meio rural tendo como protagonistas os sujeitos do campo não é um percurso isolado no Brasil, e dois artigos nos instigam a compreender a importância do movimento social na construção de práticas pedagógicas inovadoras na América Latina.

Nesse sentido, o artigo “Autonomia educativa zapatista: hacia una pedagogía de la liberación india en Chiapas”, Bruno Baronnet, pós-doutorando em Antropologia da Educação, no Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (Crim) da Universidad Autónoma do México (Unam), analisa a intervenção horizontal do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) na educação escolar em Chiapas, no sudeste do México. Para o autor, a intervenção do EZNL nas escolas locais traz mudanças radicais que geram a democratização da gestão educativa, garantindo que o ensino seja contextualizado e pertinente com as identidades sociais, étnicas e políticas dos atores coletivos locais.

No artigo “El acceso a la educación básica rural en familias campesinas de Córdoba (Argentina) como resultados de múltiples historias”, de Elisa Cragnolino, professora do Centro de Investigaciones Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba, analisa o acesso à escolaridade básica rural de famílias que habitam o norte dessa província. A autora mostra como as práticas e representações acerca da educação observadas nas famílias camponesas pesquisadas não são individuais, mas sim sociais. Destaca, ainda, a importância da organização coletiva dos camponeses em torno do Movimiento Campesino de Córdoba (MCC), que protagoniza a luta pelo direito de permanecer nas suas terras, conservar seus modos de vida e garantir o acesso à educação.

A seção Bibliografia Comentada apresenta uma seleção de livros, artigos, dissertações e teses que evidenciam o surgimento e a consolidação da Educação do Campo.

Gostaríamos, por fim, de destacar que a experiência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) na realização de pesquisas educacionais de âmbito nacional motivou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), em 2004, a propor-lhe uma parceria técnica para realizar a Pesquisa de Diagnóstico da Oferta e da Demanda Educacional nos Assentamentos da Reforma Agrária, que ficou conhecida como Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pnera). Pela primeira vez na história do Brasil fez-se um registro censitário das condições educacionais nas áreas de reforma agrária, levantando-se dados de oferta e demanda educacional nos diferentes níveis de escolarização. Embora já houvesse certo consenso sobre a precariedade da situação, a confirmação científica produzida por um Censo Nacional provocou diferentes tipos de impactos e repercussões, tanto nos órgãos governamentais quanto nas organizações sociais e sindicais dos trabalhadores do campo.

A Pnera inaugurou uma nova fase na forma de o Inep planejar suas pesquisas, produzir suas estatísticas e encaminhar seus estudos e análises sobre questões relacionadas com a Educação do Campo, destacando o tema na agenda do Órgão e, por conseguinte, nos encaminhamentos do próprio MEC. Após essas mudanças, também no Censo Escolar de 2007 (Educacenso) foi introduzida a possibilidade de identificar as escolas localizadas em assentamentos da reforma agrária. Permaneceu neste novo método de coleta, ainda como desdobramento da Pnera, a pergunta que considera a localização diferenciada do estabelecimento de ensino da educação básica, independentemente do nível ou modalidade de ensino ofertado.

Temos clareza de que as análises trazidas nesta publicação não esgotam as inúmeras questões práticas e teóricas que emergem da ampliação do Movimento pela Educação do Campo. Desejamos que este número da revista *Em Aberto* possa contribuir para a ampliação do debate sobre este paradigma educacional.

Mônica Castagna Molina
Helana Célia de Abreu Freitas
Organizadoras